

ESTÉTICA, POLÍTICA, HEURÍSTICA: OS JOGOS PRAGMÁTICOS DE LEITURA*



Oswaldo Luiz Ribeiro**

Resumo: *o artigo aproxima os conceitos de jogo, de pragmática e de interpretação, com o objetivo de propor que a discussão a respeito de leitura e interpretação de textos se dê com base então no conceito resultante de jogo pragmático, no contexto do qual o leitor intencionalmente interpreta um texto. O artigo assume o termo pragmática como referindo-se aos três tipos de ações humanas dotadas de sentido, constituindo-se assim o jogo de leitura e interpretação de textos na forma de três pragmáticas: pragmática estética, pragmática política e pragmática heurística. O leitor é livre para decidir a pragmática com a qual vai operar a leitura, mas, uma vez decidida a pragmática, deve operar a leitura com base nas regras internas desse jogo.*

Palavras-chave: *Pragmática. Estética. Política. Heurística. Interpretação.*

Em última análise, este artigo está interessado na pergunta “como se interpreta um texto?”. No entanto, o presente artigo considera ao mesmo tempo que a pergunta está formulada de modo equivocado. No seu modo de entender a questão, falta à pergunta o contexto pragmático da leitura. Formulada da forma como acima apresentada, de um lado, a pergunta encontra-se deslocada do jogo pragmático em que toda leitura ocorre, e, de outro, deixa implícito o fato de que haveria *uma* forma

* Recebido em: 11.02.2020. Aprovado em: 21.04.2020. Este texto foi desenvolvido a partir de palestra realizada no I Simpósio Temático: Fenomenologia e Hermenêutica, do Grupo de Pesquisa Religião, Gênero e Poder (PUC Goiás), em 22 de agosto de 2019, na PUC Goiás, em Goiânia.

** Pós-doutor em Ciências da Religião (UFJF). Doutor em Teologia (PUC-Rio). Professor e Coordenador do Mestrado em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória. *E-mail:* osvaldo@faculdadeunida.com.br

ideal de se ler todo e qualquer texto, *independentemente* do estabelecimento prévio do jogo em que a leitura se dá. O artigo assentará a proposição de que a forma correta de se ler um texto está diretamente ligada à intenção operacional do intérprete, ou, dito de outro modo, à pragmática por meio da qual a leitura se efetua.

Na tentativa crítica de demonstrar a proposição, o caminho argumentativo trilhado será:

- a) a vinculação do conceito de cultura ao conceito de jogo, na esteira de Johan Huizinga;
- b) a vinculação da leitura à pragmática como referindo-se às ações dotadas de sentido; e
- c) a distinção dos campos pragmáticos da leitura – estética, política e heurística.

A despeito do caráter incipiente das reflexões, espera-se contribuir para o esclarecimento pragmático dos modos de interpretação de textos. Salvo engano, parece que as discussões sobre hermenêutica de textos têm prescindido da crítica da atuação pragmática do intérprete, de sorte que se finda por estabelecer regras e limites que seriam válidos para quaisquer leituras. No entanto, a consideração consequente da pragmática instala uma necessária divisão dos modos de leitura – estética, política, heurística –, cada qual impondo diferentes regras e limites para o processo de interpretação de textos, sempre vinculados à estratégia deliberada de interpretação.

O CONCEITO DE CULTURA COMO JOGO

Leitura, interpretação, hermenêutica, está-se aí diante de um fenômeno da cultura (FREIRE, 2001). Se, de um lado, a hermenêutica constitui um processo inerentemente psicológico (DUTRA, 2001, p. 80; GEDO, 1997), a invenção da escrita aprofundou os aspectos culturais que atualizam aquela potência da espécie (PALMER, 1999, p. 13-14). A interpretação atualiza-se, portanto, como um fenômeno cultural, mas de que tipo exatamente?

Aqui, aborda-se o tema por meio da proposta de Johan Huizinga de analisar a cultura como jogo (HUIZINGA, 2005). Mais do que aproximar os conceitos de cultura e de jogo, o autor postulou que a cultura funciona nos moldes de um jogo. Huizinga identificou quatro características do jogo que marcam determinantemente a cultura:

- a) o aspecto da liberdade e da voluntariedade envolvidas no jogo (HUIZINGA, 2005, p. 10-11);
- b) o fato de, “a qualquer momento” o jogo ter a potência de “absorver inteiramente o jogador” (HUIZINGA, 2005, p. 11);
- c) “o isolamento, a limitação” que caracteriza o jogo, isto é, o fato de o jogo distinguir-se “da vida ‘comum’ tanto pelo lugar quanto pela duração que ocupa” (HUIZINGA, 2005, p. 12), e
- d) o fato de que o jogo “cria ordem e é ordem” (HUIZINGA, 2005, p. 13).

Para Huizinga (2005), tudo na cultura opera por meio do jogo: a linguagem (p. 33-53), o Direito (p. 87-100), a guerra (p. 101-118), a pesquisa e o conhecimento (p. 119-132), bem como a arte de modo geral (p. 133-192).

É verdade que Michel Picard (1986) postulou que a leitura constitua um jogo, mas sua abordagem não se estende à questão pragmática propriamente dita, mas a uma espécie de comparação do ato de leitura com a prática de jogos (VIEIRA, 1995, p. 31). As considerações de Huizinga vão muito além disso: a condição de operação da cultura encontra na modalidade de jogo o seu princípio de inteligibilidade: o jogo – logo, a cultura – “é uma função significante, isto é, encerra um determinado sentido” (HUIZINGA, 2005, p. 3-4). Com base em Huizinga, assume-se aqui que, como fenômeno cultural, a leitura constitui-se na forma de jogo.

Assumindo-se o postulado de Huizinga e considerando-se as características do processo cultural apresentadas pelo autor e transcritas acima, pode-se assumir que a interpretação de textos constitui: um fenômeno cultural marcado pelo fato de constituir-se como ato intencional livre e voluntário, circunstancial e deliberadamente isolado do conjunto total da cultura, no qual o(s) intérprete(s) se insere(m) integralmente em função das regras determinadas pela especificidade do jogo em questão, isto é, da pragmática envolvida. Nesse caso, deve-se então falar de jogos pragmáticos de leitura, que, em dependência direta da intenção do leitor, podem ser definidos como ou estético, ou político, ou heurístico.

PRAGMÁTICA COMO DETERMINANTE DO TIPO DE JOGO DA LEITURA

A despeito de o termo ser empregado com significados diferentes em diferentes campos da ciência (IBAÑOS; COSTA, 2017), o presente artigo propõe usar o termo pragmática como relacionando-se a ações dotadas de sentido. Com isso, busca-se então classificar três modos possíveis de leitura. Todos os elementos que a constituem podem ser recolhidos da literatura especializada, conquanto não se logrou êxito em ali identificar a proposta tal qual aqui vai formulada.

Como estratégia de argumento, pode-se partir de uma citação que Marco Antônio Caron Ruffino recolhe de Friedrich Ludwig Gottlob Frege, em um artigo cujo título funcionou como atrator para a presente temática: “o verdadeiro, o bom e o belo em Frege”:

Assim como a palavra ‘belo’ indica a direção da estética, e a palavra ‘bom’ a direção da ética, da mesma maneira a palavra ‘verdadeiro’ indica a direção da lógica. De fato, todas as ciências têm a verdade como objetivo; mas a lógica se relaciona ainda de uma maneira muito especial com a mesma. [...] Descobrir verdades é tarefa de todas as ciências; à lógica cabe a descoberta das leis do ser verdadeiro (FREGE, 1990, p. 342 apud RUFFINO, 2006, p. 42¹).

A citação é útil para a proposta do presente artigo, e isso a despeito das transformações terminológicas a que seu teor deve ser submetido. A vinculação da palavra belo à estética, da palavra bom à ética e da palavra verdadeiro à lógica são de direto interesse do argumento que aqui se procura sustentar. As transformações que devem ser operadas no conteúdo da citação são, de um lado, considerar como noções, e não meras palavras, os termos empregados, e, de outro lado, substituir o termo bom por bem, o termo ética por política, e o termo lógica por heurística, com riscos notórios de Ferge – e mesmo Ruffino – não se reconhecer no resultado da operação. Dois argumentos quanto a isso: não se está tratando de lógica, de sorte que as preocupações específicas daquele campo poderiam ceder lugar às preocupações mais pertinentes à hermenêutica, e, além disso, a própria citação reconhece que há um campo maior em relação à Lógica (“todas as ciências têm a verdade como objetivo; mas a lógica se relaciona ainda de uma maneira muito especial com a mesma”), de sorte que o campo próprio do que aí se descreve como “todas as ciências” aqui se aponta por meio da noção de heurística. Em resumo, nos termos do presente artigo, as relações se dão entre a noção de belo e a estética, a noção de bem e a política e noção de verdadeiro e a heurística.

A tríade pragmática verdadeiro, belo e bem encontra-se presente na literatura acadêmica, de sorte que as transformações que aqui se operam em relação à citação que Ruffino traduz de Frege encontram aí sua fundamentação. Por exemplo, pode-se vislumbrá-la na seguinte declaração de Edgar Morin (2005, p. 77): “a modernidade comportava em seu seio [...] a diferenciação do verdadeiro, do belo, do bem”. A diferenciação referida por Morin entre as noções de verdadeiro, de bem e de belo sugere que se tratem de campos autônomos, e a mesma noção de autonomia dos campos aparece no já citado Huizinga, quando, na tentativa de subsumir o jogo a um dos campos antropológicos fundamentais, argumenta que, se não for possível classificá-lo como pertinente às categorias do bem ou da verdade, então poderia talvez ser incluído do domínio da estética (HUIZINGA, 2005, p. 9). O próprio Huizinga refere-se a tais noções tanto pelo termo categoria quanto pelo termo domínio, e talvez se deva reconhecer alguma dificuldade geral em se lidar com tais noções, conquanto se deva igualmente reconhecer que “a filosofia, em todos os tempos, se baseia e tem por centro as ideias fundamentais de verdadeiro, bom e belo” (COUSIN, 1848, p. 11). Na mesma passagem, este autor circunscrevia a noção de verdadeiro (“*vrai*”) às ciências (Psicologia, Lógica, Metafísica), a ideia do bem (“*bien*”) ao campo da moral privada e pública, e a ideia do belo (“*beau*”) à Estética (COUSIN, 1848, p. 11).

Belo, bem e verdadeiro não são apenas campos antropológicos fundamentais, mas determinações inalienáveis do jogo humano. Deve-se vincular cada uma dessas categorias

àquela noção que François Dosse (2003, p. 16-19; 2004, p. 42) tratou como pragmática, expressão aqui empregada em referência ao que o autor citado tratou como a preocupação crítica com a ação dotada de sentido. Dosse (2003, p. 16; 2004, p. 42) fala de uma mudança paradigmática nas pesquisas: “uma verdadeira virada pragmática”, e acrescenta: “essa guinada pragmática permite uma posição central à ação dotada de sentido”. Considerada como referência à investigação das ações dotadas de sentido, a pragmática “reabilita a intencionalidade e as justificações dos atores numa determinação recíproca do dizer e do fazer” (DOSSE, 2003, p. 16). Se a pragmática pode, nesse sentido, referir-se às ações intencionais humanas, e se tais ações se atualizam no jogo da cultura, então se pode falar da ação intencional humana como a atualização de um potencial jogo pragmático.

Respectivamente relacionadas às noções de belo, bem e verdadeiro, a estética, a política e a heurística são os jogos pragmáticos possíveis. A pragmática relaciona-se diretamente com os domínios fundamentais da expressão cultural da espécie humana, de sorte que se poderia reduzir todo o conjunto das atividades culturais da espécie a apenas três domínios autônomos e interdependentes – a estética (isto é, o domínio do belo, do sentir, da afeição, do gosto), a política (isto é, o domínio do bem, do querer, da volição, do valor) e a heurística (isto é, o domínio do verdadeiro, do saber, da cognição, do conhecimento).

A estética constitui o domínio pragmático cuja regra geral é a expressão subjetiva no espelho dos objetos. Trata-se da relação psicológico-antropológica do tipo eu-eu, mediada pelo objeto estético, que se poderia explicitar pela declaração de Nietzsche: “o homem se espelha nas coisas, ele toma por belo tudo o que lança de volta sua imagem” (NIETZSCHE, 2000, p. 88). A pragmática estética está sujeita às regras e aos limites estabelecidos por esse tipo de jogo, no qual a intenção do operador é projetar-se no objeto estético. A pragmática política, por sua vez, constitui a operação que expressa as relações do tipo eu-outro. Trata-se da conjunção positiva ou negativa entre as vontades de pelo menos dois sujeitos situados em linha de reconhecimento, de sorte que as relações são do tipo político, o que empresta nome ao próprio campo. Por sua vez, a pragmática heurística expressa-se por meio das ações do tipo eu-mundo. Não se trata da sobreposição do sujeito em relação a objetos do mundo, nem o enfrentamento do sujeito com outros tantos eus-outros, mas o reconhecimento por parte do sujeito do mundo como instância independente e autônoma que exige interrogação quanto à sua constituição. A interrogação é prerrogativa do eu, mas as regras e os limites dessa operação são determinados pelo próprio mundo, de sorte que se pode admitir, ainda que inicialmente, que é o mundo que determina como deve ser acessado no contexto da pragmática heurística.

Se três são as pragmáticas humanas fundamentais, então as mesmas três são as pragmáticas potenciais de leitura.

LER TEXTOS NO CONTEXTO DA PRAGMÁTICA ESTÉTICA

Diante do texto, o leitor é soberano. Não há regra no universo que determine a forma como ele *deve* lidar com o texto. Ler é uma ação dotada de sentido, e é ele, leitor, quem deve determinar a forma como vai lidar com o texto. Nesse caso, a forma como vai lidar corresponde a uma – e apenas uma – dentre as três pragmáticas potenciais. O leitor pode decidir-se a operar esteticamente o texto, e, nesse caso, atualizará o texto no contexto da pragmática estética. Ninguém impõe a ele essa decisão. Ele, leitor, decide-se a ler esteticamente – e isso porque essa é a estratégia de leitura que ele decide empregar, sua ação está dotada dessa intenção. No momento, todavia, em que ele decide atualizar o texto por meio da pragmática estética, a regra e o limite da leitura estão dados, porque, como se viu em Huizinga (2005, p. 13-14), as regras são ditadas pelo jogo, e não pelo jogador, “porque, apesar de seu ardente desejo de ganhar, deve sempre obedecer às regras do jogo” (HUIZINGA, 2005, p. 14).

Se operada no contexto da pragmática estética, então a leitura se encontra vinculada a premissas incontornáveis derivadas desse tipo de jogo. Primeiro, não há leitura certa ou errada: todas as leituras são igualmente válidas. Se a pragmática estética consiste na projeção subjetiva do leitor no objeto estético, de sorte que, a rigor, trata-se de uma relação do eu consigo mesmo mediada pelo objeto-espelho, resulta necessário concluir que toda leitura estética é igualmente pertinente. Não há um padrão normativo com o qual se poderia comparar o resultado objetivo da leitura estética para avaliá-la. Eventualmente, alguém pode não gostar dessa leitura, mas isso é irrelevante, já que “o juízo de gosto é estético (...) (e) não é, pois, nenhum juízo de conhecimento” (KANT, 2017, p. 3). Também a leitura estética é uma questão de gosto.

Em segundo lugar, a leitura estética não pode ser vinculante. O juízo estético “não pode ser senão subjetivo” (KANT, 2017, p. 3). O resultado de uma leitura estética não diz respeito a ninguém mais do que ao próprio leitor estético, e o máximo que ele pode solicitar à sociedade é sua opinião, igualmente estética. A leitura estética não produz nem pode produzir norma, valor, regra, princípio ou qualquer tipo de diretriz que se imponha a terceiros.

Em terceiro lugar, ao contrário do que se tem muitas vezes dito (ECO, 1993, p. 29), não há limites para a leitura estética de um texto. Se a pragmática estética é confesadamente assumida, a polissemia intrínseca e inexorável que caracteriza todo e qualquer texto (CECCARELLI, 1998) se potencializa de forma virtualmente infinita. Os eventuais limites que se poderiam impor previamente a uma leitura são potencialmente subvertidos pelos níveis de criatividade, pelas dinâmicas conotativas e metafóricas virtualmente infinitas que um texto guarda enquanto potência. A leitura estética é uma atualização criativa de um objeto inexora-

velmente polissêmico. Não há limites. Não há regras. Não há autoridade. Há apenas a projeção mais criativa ou menos criativa de um sujeito que se apropria de um objeto estético e se expressa por meio dele.

Em quarto lugar, não há informação resultante da leitura estética, “que em nada contribui para o conhecimento” (KANT, 2017, p. 104). O resultado de uma leitura estética não acrescenta informação, não corrige informação. Não se adquire conhecimento sobre o objeto por meio de leituras estéticas. Experimenta-se, goza-se, frui-se.

LER TEXTOS NO CONTEXTO DA PRAGMÁTICA POLÍTICA

Um dos principais derivados da consciência pragmática é que não há necessidade de se aborrecer com as regras e os limites de uma determinada pragmática, porque tais regras e limites não transbordam para as demais operações pragmáticas. As regras e os limites das leituras estéticas são válidos apenas para as leituras estéticas, e se uma ou outra pode ser também válida para outra pragmática, isso se deve exclusivamente às regras intrínsecas desta pragmática. É no jogo – e apenas nele – que se definem suas regras.

Se a pragmática política é a do tipo eu-outro, conclui-se de imediato que não há comparação possível entre leitura estética e leitura política. Enquanto a leitura estética é uma leitura solitária – mais ainda, solipsista – a leitura política pressupõe desde o início não apenas o eu, mas, ainda mais, o outro. A leitura pragmática política é aquela que, positiva ou negativamente, leva em consideração o outro no processo de sua atualização: o binômio eu-outro constitui o fundamento de intencionalidade da ação de ler, dado que é em função dessa relação eu-outro que a leitura é produzida. E isso em caráter fundamental. A leitura se dá pela intenção do sujeito de estabelecer, por meio do texto, uma relação com o “outro”. O texto não é mais, como era no caso da leitura estética, um objeto no qual o eu se projeta para contemplação de si mesmo ou para diálogo consigo mesmo. No contexto da pragmática política, o eu está, por meio do texto, interagindo *consciente e programaticamente* com um outro eu ou outros eus. Opera-se aí na esfera da norma, que, por sua vez, gravita a órbita do choque intersubjetivo de vontades subjetivas, com as implicações clássicas: “os valores não podem surgir de um saber sobre o homem, mas de um *querer* do homem” (JAPIASSU, 1979, p. 21). Por isso, a órbita do político é a órbita do querer, da vontade, do desejo, da volição. É no tecido social que as intersubjetividades operam suas inter-relações, de sorte que não é política a relação do ser humano com o cão, mas apenas com outro ser humano.

As premissas do jogo político de leitura podem ser assumidas como as seguintes. Primeiro, o critério de pertinência da leitura política é determinado pela intenção

política dos operadores da leitura: é a ação dotada de intenção política que define a leitura como política. O critério é prático e ideológico. A leitura política será adequada nos limites das normas e das determinações próprias da relação eu-outro estabelecida no jogo. A avaliação da leitura política não pode prescindir de situá-la em seu contexto político. Trata-se de um jogo político, porque o eu, leitor, determina-se em função do grupo social a que ele está vinculado, operando uma atualização ideológica do texto fonte. A procedência da atualização será determinada pelo resultado previamente agendado, dada a vinculação ideológica do leitor com a matriz social a que está vinculado. O ideológico é a norma.

Segunda premissa: a leitura política de um texto vincula o outro com quem o eu interage no processo de atualização hermenêutica do texto, mas não pode vincular ninguém mais fora daquela relação eu-outro. Por exemplo, a leitura cristã de um texto judeu vincula apenas cristãos, e não por força da leitura em si, mas por força de que ela mesma já é produto de uma vinculação livre e voluntária. A leitura cristã de um texto judeu não tem, enquanto rotina pragmática, condições de vincular ninguém mais ao seu jogo. Quando um cristão, lendo textos judeus, produz leitura cristã para cristãos, então ele está operando adequadamente. Quando, todavia, postula vincular essa leitura a terceiros não cristãos, então se dá o caso de infração das premissas internas do jogo pragmático. Faz parte das regras da leitura política a projeção do grupo social como chave de leitura de qualquer texto, mas o limite de sua validade e aplicação é retornar apenas e tão somente para o próprio grupo. Fora dele, a leitura política não impõe qualquer norma.

Em terceiro lugar, os limites da leitura política estão dados pelos limites ideológicos e pelo conteúdo positivo das normas em circulação na específica agenda eu-outro de leitura. São bastante flexíveis, e a história da recepção dos textos de uma determinada tradição revela que as leituras sofrem atualizações, e os valores e as normas vigentes no grupo tradicional, também. No entanto, pode-se considerar que os limites, ainda que dinamicamente considerados, são aqueles em vigor na tradição do grupo social. Não são ilimitadas, portanto, as leituras potenciais no contexto da pragmática política, mas não porque o texto em si não potencializaria virtualmente ilimitadas leituras, mas porque, aqui e agora, os limites ideológicos do grupo são limitados. Uma leitura cristã no século VIII não é a mesma coisa que uma leitura cristã no século XXI, mas os limites da leitura cristã de ambos os séculos determinarão os limites da pragmática política em cada caso. A leitura política opera uma restrição da polissemia potencialmente ilimitada dos textos, e isso com base na atualização deles exclusivamente por meio dos conteúdos positivos da norma em vigor.

Em quarto lugar, a única informação sobre o texto que se poderia recolher de uma leitura política seria uma exemplificação do tipo de leitura que aquele grupo

promove. Não se obtém informação da leitura cristã de um texto judeu, porque se trata de uma projeção de nível social na qual os conteúdos previamente dados do grupo social projetam-se hermeneuticamente no texto lido, retornando de lá como que se desde lá se originassem. Por meio da leitura política levada a termo por um determinado grupo, pode-se aprender alguma coisa sobre este grupo, mas não há conhecimento acerca do texto em si aí. Além disso, quando a leitura política se dá em rotinas de alienação, a comunidade de leitura tende a confundir a leitura ideológico-política que faz com o próprio texto, mas isso não diz respeito ao jogo em si, mas a vícios ideológicos de sua operação, eventualmente muito comuns.

Deve-se reconhecer que a leitura política é possível e adequada. Seus vícios de operação não deveriam levar à conclusão equivocada de que se trata de uma forma errada de leitura. A apropriação ideológica que um grupo faz de um texto deve ser reconhecida – também pelo grupo – como uma operação de produção de sentido que deriva não do texto, mas do grupo. Nisso, a leitura estética e a leitura política são semelhantes: ambas projetam no texto conteúdos prévios, pelos quais o texto não responde e aos quais se submete apenas e tão somente em razão de sua estrutural e incontornável polissemia. Enquanto, na leitura estética, projeta-se um eu subjetivo e isolado, na leitura política projeta-se – em tese – um grupo social inteiro. Mas o procedimento é rigorosamente o mesmo: produção de sentido por meio da apropriação da potência polissêmica de um suporte sógnico. Nem o leitor estético nem o leitor político deveriam pretender extrapolar o resultado de sua leitura para além desses marcos. É na infração a esse limite que se estabelece o equívoco potencial de ambas as operações.

Pode-se avaliar o que se acabou de considerar por meio da análise do aforismo 84 de “Aurora”, de Nietzsche (1983, 56-58). Nietzsche trata como “desavergonhadamente arbitrária” (p. 57) a interpretação protestante do Antigo Testamento. Seu argumento pode ser apreendido na seguinte citação:

em toda parte no Antigo Testamento deveria estar unicamente o Cristo [...] e particularmente sua cruz; e onde quer que se tratasse de um pedaço de madeira, de uma vara, de uma escada, de um ramo, de uma árvore, de um salgueiro, de um pau, isso deveria ser uma profecia da madeira da cruz: mesmo a forma [...] da serpente de bronze [...], mesmo os paus sobre os quais se assa o cordeiro pascal – tudo isso seriam apenas alusões e por assim dizer prelúdios da cruz (NIETZSCHE, 1983, p. 57).

Nietzsche pergunta: “é isto honestidade?” e avalia: nesses processos hermenêuticos, “a Bíblia é acomodada a todas as circunstâncias” (NIETZSCHE, 1983, p. 57), juízo técnico a que se acrescenta outro: os protestantes pretendem “escamote-

ar aos judeus [...] o Antigo Testamento, pretendendo que ele contém somente ensinamentos cristãos e que pertence aos cristãos enquanto verdadeiro povo de Israel” (NIETZSCHE, 1983, p. 57).

A avaliação que aqui se deve fazer das declarações citadas de Nietzsche é que, de um lado, estão corretas, e, de outro, não. Estão erradas quando pretende considerar que tratar os paus do Antigo Testamento como alusões à cruz seria desonestidade: “a soma das desonestidades que comentem sempre do alto das cadeiras protestantes” (NIETZSCHE, 1983, p. 57). Em termos técnicos, a pragmática política e sua consequente apropriação figurativa dos textos sob seu escrutínio hermenêutico não tem nada de desonesto. Mas Nietzsche está também correto em sua avaliação, porque os referidos cristãos não assumem sua atividade como um ato de produção de sentido, mas como a leitura correta e universalmente vinculante do texto judeu. Nisso, fraudam a prática que, de outro modo, seria legítima. A única condição legítima para a leitura política de textos é que ela seja reconhecida enquanto tal exatamente por aqueles que a praticam. O sentido produzido pela pragmática política não parte do texto: ele já se encontra de posse do grupo que o interpreta politicamente, e o grupo deve dar plena notoriedade de que está ciente disso. Caso contrário, não há outra classificação a aplicar a esse tipo de leitura “protestante” que não aquela que Nietzsche aplicou.

Linhas acima empregou-se a expressão “em tese”: “na leitura política projeta-se – em tese – um grupo social inteiro”. Ela é necessária, porque, a rigor, os valores e as normas de um grupo, conquanto se apresentem como que desse grupo, não são necessariamente determinadas pelo grupo como um todo, mas instrumentalizadas pelas classes dominantes que operam nesse grupo, submetendo a seu poder e controle as classes dominadas. Além disso, não se deve considerar que os valores e as normas de um grupo circulem de forma homogênea e hegemônica em todo o grupo. Quanto maior o grupo, mais dinâmicas suas relações internas. De qualquer forma, leituras políticas subversivas dentro do próprio grupo estarão submetidas às mesmas regras da leitura pragmática política. Não é o sinal – positivo/negativo, de direita/de esquerda, liberal/marxista – que caracteriza a condição política da leitura, mas o fato de ela pretender expressar a norma social, por ela pretender falar em nome de um grupo.

LER TEXTOS NO CONTEXTO DA PRAGMÁTICA HEURÍSTICA

Insista-se: o texto é inexoravelmente polissêmico (RAKOVA; PETH ; RÁKOSI, 2007, p. 77; 96 e outras). Qualquer tentativa de fechamento político de sua polissemia se revelará frustrada. É aliás a condição polissêmica dos textos que facultam as pragmáticas estéticas e políticas de leitura. Mas atenção: o leitor estético não

exaure a polissemia do texto – apropria-se dela, projetando um sentido prévio, subjetivo, no potencial plasma sógnico que tem diante de si. *Um* dos sentidos potenciais do texto é atualizado no processo de projeção. O leitor estético pode fazer a leitura estética porque a polissemia textual lhe faculta a operação. Não fossem os textos polissêmicos não haveria leitura estética. Nem política.

Totalmente outra é, todavia, a situação da leitura heurística. Enquanto as leituras estéticas e políticas são possíveis *por causa* da polissemia dos textos, a polissemia textual é, para a leitura heurística, um obstáculo. E isso deriva do fato de que, a despeito de poder desdobrar-se de diferentes formas, a leitura heurística está interessada sempre no texto enquanto objeto independente em relação ao leitor (leitura estética) ou ao grupo (leitura política) que o lê. Se a relação do leitor estético com o texto é de projeção e fruição subjetiva de si mesmo (relação do tipo eu-eu), e se a relação do leitor político com o texto é a legitimação dos valores do grupo por meio de projeção (relação do tipo eu-outro), ambas as relações se dando graças à polissemia do texto, a relação do leitor heurístico com esse texto é compreendê-lo enquanto texto (relação do tipo eu-mundo). Nada mais.

A leitura heurística pode desdobrar-se em pelo menos duas vertentes fundamentais. Numa, o interesse do leitor é compreender o que é um texto. Por exemplo, a proposição quanto a um texto ser inexoravelmente polissêmico decorre do acúmulo histórico de informações que a sociedade obteve sobre os textos. Trata-se de uma informação, de um conhecimento, algo que se poderia expressar com as palavras de Marcel Detienne: “compreender diversas culturas da mesma forma que elas próprias se compreendem” (DETIENNE, 2004, p. 67). “Textos são polissêmicos”: para se chegar a tal proposição, deve-se avaliar textos de forma controlada, testá-los, até que a proposição seja encarada pela comunidade de pesquisadores – a comunidade heurística – como um fato: textos são intrínseca e inexoravelmente polissêmicos. Na outra vertente, a leitura heurística está interessada não na condição intrínseca de um texto, mas no sentido que aquele texto tinha quando foi escrito e *aos olhos de quem o tinha escrito*.

Independentemente do fato de que um texto é um suporte sógnico polissêmico, ele foi escrito com uma estratégia comunicativa estabelecida, com uma intenção específica e por uma pessoa ou um grupo de pessoas específicas. É tarefa que o próprio leitor heurístico se impõe a tentativa de recuperação daquelas intenções e estratégias, caso a caso. O sentido original do texto – isto é, aquele sentido que o escritor, a escritora ou os escritores pretenderam registrar – encontra-se potencializado na condição polissêmica do texto: entre as virtualmente infinitas potências de sentido do texto, lá se encontra o sentido original pretendido pelo autor. O leitor heurístico deve identificar esse sentido

no meio de potencialmente infinitos outros sentidos. Nesse caso, a polissemia do texto produz um velamento maior ou menor, mas sempre um velamento daquele sentido original. É tarefa da leitura heurística recuperar exatamente aquele sentido – e não outro.

As premissas da leitura heurística são as seguintes. Primeiro, aplica-se a ela o conceito de leitura certa ou leitura errada. Mais ainda – há apenas uma leitura certa, que não é outra senão aquela que recupera exatamente o sentido original do texto. Por mais lindo que seja, se o jogo é heurístico, um resultado de leitura que não corresponda ao que o autor quis dizer está tecnicamente errado.

A tarefa de recuperar o sentido histórico de um texto dentre o emaranhado de leituras virtualmente infinitas não é tarefa simples. Não se trata de projetar no texto o gosto pessoal do leitor nem de recortar da polissemia textual uma modulação que atenda aos interesses do grupo que o lê, mas de, a despeito da polissemia textual, identificar, no texto, aquela que teria sido a mensagem original pretendida e grafada pelo autor.

Pode-se objetar que a pretensão de recuperação do sentido original é “muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto” (ECO, 1993, p. 29). Seria o caso de perguntar “irrelevante para quem?”, e, além disso, de considerar se a razão para a interdição de uma tarefa está relacionada ao seu grau de dificuldade. A rigor, Eco não apresenta argumentos que se poderiam dizer sustentáveis para desconsiderar os procedimentos de tentativa de recuperação do sentido histórico original de textos. Permanece o fato de que, conquanto difícil de ser recuperado e haver eventualmente quem considere irrelevante a tarefa de o recuperar, o sentido histórico de um texto é um fato inamovível. Não há texto que tenha sido escrito sem uma intenção original, um sentido original e uma estratégia de comunicação. O que Eco deveria ter alegado é que o problema desse tipo de interpretação é que a demonstração de seu sucesso se situa no campo apenas da plausibilidade. Nenhum intérprete histórico-social, por exemplo, consegue provar absolutamente que a interpretação que acaba de apresentar é a interpretação correta do texto, no sentido de que representa exatamente o que o autor do texto pretendeu dizer. O máximo que se pode chegar é à apresentação de uma proposta de interpretação que encontre máximo grau de plausibilidade. Para fazer referência a um historiador que se bate contra as teses da condição de inverificabilidade das pesquisas históricas, no campo da pragmática hermenêutica heurística, a prova é retórica (GINZBURG, 2002, p. 13-14). O fato de que não se pode provar que a interpretação seja exatamente aquela, senão por meio da retórica e do critério de plausibilidade, não significa que não haja sentido original em um texto nem que tal sentido não pode ser recuperado.

Outra objeção que se poderia fazer é aquela que se poderia ilustrar por outra declaração de Eco (1993, p. 45): “qualquer texto, pretendendo afirmar algo unívoco, é

um universo abortado”. Não é o caso de perguntar a Eco se o texto que ele escreveu pretende ser unívoco... Basta considerar que há visivelmente uma confusão aí: quem escreve esse texto (textos não se escrevem a si mesmos, textos não têm pretensões, textos não têm intenções, o autor, sim, é que as tem, e os leitores) pretende expressar-se univocamente. O fato de que se vê forçado a fazê-lo por meio de um instrumento que é intrinsecamente e inexoravelmente polissêmico não altera o fato de que, a despeito disso, o autor se expressa a partir de uma ideia unívoca. Para fundamentar o que se está dizendo, pode-se recorrer a um autor que, na década de 80, labutava em torno da tese de que toda exegese é eisegese (CROATTO, 1984, p. 73-90). Croatto escreveu que a língua é polissêmica, que a fala enclausura a língua em um sentido fechado, e que, da mesma forma que a língua, mas diferente da fala, o texto, inclusive aquele em que a fala é transcrita, é igualmente polissêmico (CROATTO, 1984, p. 26). Ora, enquanto operando nos termos da pragmática heurística, a interpretação do texto se dá como esforço teórico-metodológico de recuperar a fala autoral que está fixada no texto, ou, nas palavras de Rocha (2010, p. 349), “seu pensamento original”. Eco dá a entender que a intenção de uma pessoa de escrever um texto que diga o que ele quer dizer está fadada ao fracasso. O fato de que a clausura da fala do autor encontra-se, agora, entranhada no tecido polissêmico do veículo de sua transmissão não anula em nenhuma hipótese sua fatualidade. No máximo se poderia obstar – arbitrariamente – que é impossível recuperá-la, o que um intérprete heurístico consideraria uma declaração metafísica. Críticos e defensores da prática de tentativa de recuperação do sentido original da fala autoral (o que Eco [1993, p. 29] considera a *intentio auctoris*) devem ater-se à avaliação do procedimento nos limites desse procedimento. Assim como um intérprete político não pode pressupor que um texto judeu se expresse a si mesmo a partir de conteúdos cristãos, comparativamente um intérprete heurístico não pode apresentar-se em praça pública como tendo na mão indiscutivelmente a recuperação do sentido original do texto. Aquele deve admitir a todo tempo que o sentido cristão que ele projeta no texto judeu é o resultado de um processo hermenêutico de produção de sentido a que apenas os previamente vinculados ao jogo permanecem vinculados, e este deve admitir que o máximo que pode apresentar ao público é, plausível, controlada e sujeita à avaliação crítica, uma hipótese de recuperação do sentido original do texto. Isso não significa que “qualquer texto, pretendendo afirmar algo unívoco, é um universo abortado”, porque o texto ainda é potencial portador da fala original contida na intenção autoral. Se isso não desperta o interesse do intérprete estético e do intérprete político, é, todavia, o interesse inteiro do intérprete heurístico, contra o que a polissemia do veículo pode apenas interpor a classificação de

tarefa difícil, como quer Eco, permanecendo no campo da plausibilidade (ou não) o resultado da tarefa heurística realizada.

Em segundo lugar, conquanto todas as operações humanas estejam sujeitas a cargas de ideologia que podem deformar a apreensão da realidade, a pragmática heurística não está comprometida com a ideologia do intérprete, seja ele um sujeito estético ou um grupo político. O intérprete heurístico precisa e quer sair de seu próprio mundo – seja no tempo, seja no espaço – e alcançar a cultura fonte em sua expressão pura, para, como acima se viu em Detienne, compreendê-la tal qual ela mesma se compreendia. O leitor heurístico não quer fazer com que a cultura em interpretação ecoe sua própria concepção de mundo: pelo contrário, quer ouvir o que é que exatamente se estava dizendo naquele texto, quando ele foi escrito e nos termos em que foi escrito. Nesse caso, há radical diferença entre as abordagens pragmáticas estética e política, de um lado, e heurística, de outro. Aquelas se nutrem de sua própria ideologia e devem ter consciência de que sua tarefa é projetar sua ideologia e seu mundo nos textos interpretados. A ideologia é a condição de ser daquelas expressões pragmáticas. A pragmática heurística não: o mundo e a ideologia do intérprete são obstáculos e prisões que precisam ser superados e das quais deve-se sair para transmigrar-se de forma teórico-metodologicamente controlada até o mundo do texto – bem entendido, o mundo no qual ele foi pensado e produzido. Os desafios da tarefa são assustadoramente grandes.

Em terceiro lugar, as regras e os limites da leitura heurística são determinados pelo objeto. É preciso que o intérprete se submeta radicalmente ao império do objeto: o sentido das palavras do texto é determinado pelo autor do texto, e não pela história da recepção do texto ou pela idiosincrasia hermenêutica do intérprete. Aqui vale a referência ao trabalho inaugural de Lorenzo Valla e à crítica histórica que aplicou à “Pseudodoação de Constantino” (CAMPOREALE, 1996, p. 9-26). O objeto em análise recusava-se a sustentar a interpretação tradicional que se lhe aplicava, ainda que essa tenha sido deliberadamente a intenção do falsário que o elaborou, por volta do século VIII, com a pretensão de fazê-lo se passar por um documento do século IV. As condições objetivas do texto expressavam as circunstâncias do século em que efetivamente foi produzido, e as incipientes ferramentas da pragmática heurística de investigação histórico-crítica empregadas por Valla foram eficientes no processo de revelar a fraude. A fraude não constituía uma ideologia do investigador. O documento não é uma fraude porque Lorenzo Valla disse que é. Lorenzo Valla declarou-o como fraude porque ele, o próprio documento, se revela – ao intérprete heurístico – enquanto tal.

Em quarto lugar, a leitura heurística produz conhecimento sobre o texto. O conhecimento sobre o texto pode desdobrar-se em dois tipos:

- a) conhecimento sobre as características histórico-críticas do documento, no sentido dos conteúdos clássicos das Introduções (autor, data, lugar, linguagem etc.) e
- b) conhecimento sobre o conteúdo da mensagem original do texto.

Naturalmente que nos dois casos opera-se em regime de hipótese e de plausibilidade.

No entanto, é necessário ter em mente que a pragmática estética e a política não têm por tarefa nem são factíveis de produzir conhecimento a respeito do objeto, uma vez que constituem, antes de tudo, projeção ideológica do(s) leitor(es) e, em sentido técnico, produção de sentido. A pragmática heurística, não: conquanto ela possa, por exemplo, errar sua proposição ou estabelecer para um texto uma data de composição que acabe se revelando errada, é sua tarefa precípua justamente essa, promover conhecimento a respeito do objeto. O mesmo vale para o anúncio do sentido original do texto como conclusão do procedimento hermenêutico. O resultado pode eventualmente revelar-se errado ou permanecer indefinidamente na condição de plausibilidade. Uma vez que se trata esta de uma característica do conhecimento histórico (GINZBURG, 2002, p. 13-14), não se deve tratar a condição de plausibilidade do resultado da interpretação heurística como uma dificuldade específica da pragmática heurística, mas uma característica geral das atividades de caráter indiciário (GINZBURG, 1989, p. 143-180).

DESCONSIDERAÇÃO DA PRAGMÁTICA NA HERMENÊUTICA

A obra citada de Umberto Eco pode servir como base para uma crítica geral ao tratamento da questão da interpretação de textos que, salvo engano, tem considerado praticamente no todo a questão pragmática conforme aqui é tratada. Na obra citada, Umberto Eco dispõem-se a discutir se há critérios para se determinar se “existe pelo menos um caso em que é possível dizer que uma determinada interpretação é ruim” (ECO, 1993, p. 29). Sem qualquer referência a que tipo de jogo pragmático estaria relacionada a referida leitura, e partindo única e exclusivamente da avaliação de abordagens com base no autor, no texto ou no leitor, Eco assenta que, de um lado, a leitura com base na intenção do leitor não se justifica tanto quanto a leitura com base na intenção do autor, apresentando ao seu próprio leitor uma carta que guarda na manga: a intenção do texto, que ele trata como “obra” (ECO, 1993, p. 29).

Ora, pelo que se acabou de propor em toda a extensão anterior do presente artigo, não se pode avaliar uma leitura senão com base no jogo em que ela opera. Uma leitura com base na *intentio lectoris* é adequada ou inadequada? A pergunta está mal formulada, e pressupõe equívoco desde a partida. Só se pode perguntar em que condições (em que jogo, em que pragmática) a leitura com base na intenção do leitor é adequada, e a resposta seria: na leitura pragmática estética

e na leitura pragmática política. Uma leitura com base na *intentio auctoris* é adequada ou inadequada? Mais uma vez, a pergunta encontra-se mal formulada, e deveria ser expressa mais ou menos assim: em que condições é adequada a leitura com base na intenção do autor, e a resposta seria: no jogo específico da pragmática heurística. Por sua vez, em que condições seria possível falar de uma leitura com base em algo postulado como *intentio operis*? O texto tem intenção própria? Salvo engano, intenção tem o autor e o leitor. O texto não tem intenção alguma. O texto constitui um conjunto polissêmico de sentidos virtualmente infinitos, mas apenas em potência. Quem atualiza o texto é quem o lê, e é sempre quem o lê que determina a intenção com a qual o texto será atualizado – se com a intenção do leitor estético, se com a intenção do leitor político, ou se com a intenção do autor, no caso de ser lido por um leitor heurístico. Falar de *intenção da obra* é confundir um veículo polissêmico passivo com subjetividades que, dependendo do regime pragmático em que operam, podem projetar-se no plasma polissêmico, produzindo clausura ideológica, ou tentar teórico-metodologicamente recuperar aquela clausura original que se dispersou no caldo polissêmico do veículo.

Um exercício interessante seria percorrer a literatura que discute a interpretação de textos e verificar quantos de tais circunscrevem a discussão ao elemento pragmático. Salvo engano, a virada pragmática a que se referiu Dosse ainda não chegou às discussões sobre a interpretação de textos. A leitura não é avaliada com base na estratégia pragmática de leitura. Antes, procura-se metafisicamente uma norma que determine o conjunto das leituras, sem distingui-las entre intenções estéticas, políticas e heurísticas. Um exemplo: quando se pretende transformar a proposição hermenêutica em uma imposição metafísica universal e subsumir toda leitura a um único regime, então o resultado é esse: “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor” (BARTHES, 1988, p. 70). O assassinato do autor é um ato voluntarista e metafísico. Em termos pragmáticos, o leitor tem a potência de aproximar-se do texto com base na pergunta teórico-metodológica própria da abordagem heurística “o que quis dizer com esse texto quem o escreveu?”. Ninguém pode dizer a um leitor como ele *deve* ler um texto, mas se ele decide ler um texto no contexto do jogo pragmático heurístico, não há tese metafísica que o impeça. “A morte do autor” é uma frase de efeito. Nem mesmo se aplicaria à pragmática estética, porque a leitura estética não se dá pelo suposto fato de o autor estar morto, mas pelo fato de o leitor não lidar com o texto como expressão de consciência de um sujeito histórico, mas como espelho estético, já que o sentido de sua ação está em sua estratégia de apropriar-se esteticamente de sua potência de sentido. O leitor estético é indiferente ao autor, que, todavia, permanece vivo no plasma polissêmico em que suas palavras estão mergulhadas. Ninguém é

obrigado a ler um texto para encontrar tais palavras. Pode-se mesmo ir ao texto atrás justamente de outras. Mas tampouco alguém deveria desejar destiná-las ao esquecimento porque *prefere* ler de outra forma. A opção entre autor, leitor e texto, no campo metafísico, fora do jogo pragmático, é um equívoco teórico. A decisão entre autor e leitor é uma decisão pragmática, anterior à leitura, e que impõe a ela as regras do jogo pragmático determinado pela escolha.

Seria recomendável que as discussões a respeito de leitura e interpretação partissem da determinação e da confissão do jogo em que tal leitura se dá, principalmente se levarmos em conta que há bastante tempo se lê a respeito do “fim da metafísica”. As discussões sobre interpretação de textos, todavia, parecem continuar bastante metafísicas... A superação da metafísica se dá justamente quando se situa o jogo social em que a leitura se instalará, e, nesse caso, as regras e os limites não estão mais à disposição de gostos ou necessidades dos intérpretes. É o próprio jogo, quando e se levando a sério, porque há sempre os “jogadores desonestos, os batoteiros” (HUIZINGA, 2005, p. 14), que estabelece as regras nas quais as operações que se dão em seu interior devem se pautar. A pergunta “como interpretar um texto?” tem de deixar de ser formulada em termos metafísicos, praticamente jurídicos, e formular-se em termos pragmáticos: considerando-se a pragmática estética, ou a política, ou a heurística, como deve ser interpretado um texto?

CONCLUSÃO

As discussões a respeito dos critérios de leitura e interpretação de textos ainda operam em regime metafísico. De um lado, sequer os tipos de textos a que se aplicariam as normas de leitura e interpretação na literatura são distinguidos, aplicando-se argumentos eventualmente válidos para a literatura moderna a textos escritos há mais de dois mil anos. De outro lado, assentam-se teses alegadamente universais – como a tese da morte do autor. A rigor, as discussões sobre leitura e interpretação de textos atualizam-se na forma de determinação unilateral e metafísica, como se toda leitura de qualquer texto devesse submeter-se ao mesmo tipo de regra e avaliação.

A causa do fenômeno, aqui se declara, é a ausência de contextualização pragmática da interpretação e da leitura. Nos termos aqui defendidos, pragmática constitui o campo de investigação das ações dotadas de sentido e, portanto, avaliadas nos termos da intenção que as caracterizam. Recortando-se do conjunto das ações humanas especificamente a leitura (a interpretação, a hermenêutica), e considerando-se a cultura como um jogo, no qual as regras são formuladas internamente, três tipos de jogo pragmático podem ser identificados em relação à leitura de textos: leitura estética, leitura política e leitura heurística. Cada

uma dessas pragmáticas possui regras próprias, as quais determinam a operação de interpretação em seu interior e os critérios de avaliação pertinentes aos resultados.

A conclusão é que não há regra *a priori* para leitura nem se pode sequer formular *a priori* a pergunta “como se lê um texto?”. Antes de tudo, deve-se situar a leitura e a interpretação no contexto da ação dotada de sentido na perspectiva do leitor. O que o leitor quer fazer com essa leitura? Ele quer, lendo, encontrar-se a si mesmo? Leitura estética – regras da pragmática estética. Ele quer expressar a norma e os valores do grupo a que está vinculado por meio da projeção ideológica de seu mundo no texto? Leitura política – regras da pragmática política. Ele quer descobrir que sentido tinha o texto, quando foi escrito? Leitura heurística – regras da leitura heurística. Não há império do leitor, do autor, do texto senão nos ensaios metafísicos. No chão e no jogo pragmático, o jogo determina se a intenção válida é a do leitor ou a do autor. A consideração da leitura em seu assumido contexto pragmático organiza os jogos de interpretação e propicia critérios objetivos de avaliação – mesmo das leituras mais subjetivas.

AESTHETICS, POLITICS, HEURISTICS: PRAGMATIC READING GAMES

Abstract: *The article approaches the concepts of game, pragmatics and interpretation, with the aim of proposing that the discussion about reading and interpreting of texts takes place based on the concept resulting from pragmatic game, in the context of which the reader intentionally interprets a text. The article assumes the term pragmatics as referring to the three types of human actions endowed with meaning, thus constituting the game of reading and interpreting of texts in the form of three pragmatics: aesthetic pragmatics, political pragmatics and heuristic pragmatics. The reader is free to decide the pragmatic practice and which will operate the reading, but once the pragmatic one has been decided, he must operate the reading based on the internal rules of that game.*

Keywords: *Pragmatics. Aesthetics. Heuristics. Politics. Interpretation.*

Nota

- 1 A obra de Frege não foi consultada pelo autor do presente artigo, de sorte que a informação reputada a Frege depende de Ruffino. De qualquer forma, a obra indicada por Ruffino é a seguinte: FREGE, G. *Kleine Schriften*. 2. ed. Editado por I. Angelelli. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 1990, p. 342. Obviamente, Marco Ruffino não tem qualquer responsabilidade quanto ao uso que aqui se faz de seu artigo.

Referências

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65-70.
- CAMPOREALE, Salvatore I. Lorenzo Valla's 'Oratio' on the Pseudo-Donation of Constantine: dissent and innovation in early renaissance humanism. *Journal of the History of Ideas*, v. 57, n. 1, p. 9-26, 1996.
- CECCARELLI, Leah. Polysemy: multiple meanings in rhetorical criticism. *Quarterly Journal of Speech*, v. 84, n. 4, p. 395-415, 1998.
- COUSIN, Victor. *Du vrai, du beau et du bien*. 7. ed. Paris: Didier & Cie, 1858. Disponível em: http://obvil.sorbonne-universite.site/corpus/critique/cousin_du-vrai.
- CROATTO, José Severino. Hermenêutica bíblica. *Para una teoría de la lectura como producción de sentido*. Buenos Aires: Ediciones La Aurora, 1984.
- DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Aparecida: Letras e Ideias, 2004.
- DOSSE, François. *História e Ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.
- DOSSE, François. *O império do sentido*. A humanização das Ciências Humanas. Bauru: EDUSC, 2003.
- DUTRA, Lucas Vieira. Hermenêutica, linguagem e Psicologia. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n. 3, p. 75-87, 2001.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GEDO, John E. Reflections on Metapsychology, Theoretical Coherence, Hermeneutics, and Biology". *Journal of the American Psychoanalytic Association*, v. 45, n. 3, p. 779-806, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo; *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- IBAÑOS, Ana Maria T.; COSTA, Jorge Campos da. A natureza da pragmática: percurso teórico em um piscar de olhos. *Letras de Hoje*, v. 52, n. 3, p. 286-293, 2017.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da neutralidade científica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de juízo*. Lisboa: INCM, 2017.
- MARCONDES, Danilo. Desfazendo mitos sobre a pragmática. *Alceu*, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2000.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulinas, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. Porto: Res, 1983.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos [ou como filosofar com o martelo]*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: 70, 1999.

PICARD, Michel. *La lecture comme jeu*. Paris: Minuit, 1986.

RAKOVA, Marina; PETH, Gergely; RÁKOSI, Csilla. *The cognitive basis of polysemy: new sources of evidence for theories of word meaning*. Frankfurt am Main; New York: P. Lang, 2007.

ROCHA, Alessandro Rodrigues. Teologia, hermenêutica e teoria literária. Interdisciplinaridade na teologia da revelação. *Atualidade Teológica*, a. XIV, n. 36, p. 348-375, 2010.

RUFFINO, Marco Antonio Caron. O verdadeiro, o bom e o belo em Frege. *O que nos faz pensar*, n. 20, 2006. Disponível em: <https://tinyurl.com/wchcaah>. Acesso em: 05 fev. 2020.

VIEIRA, Alice. Autonomia no jogo da leitura. *Comunicação e Educação*, v. 4, p. 31-34, 1995.